



**infratróia**



## Relatório e Contas 2013

# Índice

1. Relatório de Gestão
2. Balanço
3. Demonstração dos resultados por naturezas
4. Demonstração das alterações no capital próprio
5. Demonstração de fluxos de caixa
6. Anexo

Handwritten signature in blue ink, followed by the date "12/12/2023" written in black ink.

## 1. Relatório de Gestão

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and a final vertical stroke with a small crossbar.

Através do presente relatório de gestão, vem a Administração da empresa, dar conhecimento aos Sócios e terceiros que com a empresa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida pela **INFRATROIA - Infraestruturas de Troia, E.M.** no exercício de 2013.

## 1 ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL

O desempenho da Economia Portuguesa em 2013 reflete necessariamente o impacto da implementação das medidas previstas no programa de ajustamento económico (PAEF). Conforme estimativas mais recentes incluídas no Boletim de Inverno do Banco de Portugal, o PIB deverá registar uma quebra de 1,4% em 2013, face a um decréscimo de 3,2% em 2012, sendo prospetivada uma recuperação para terreno positivo em 2014 (+0,8%). Como na Área Euro, o desempenho projetado da economia portuguesa assenta numa quebra da procura interna (-2,7% em 2013 versus -6,9% em 2012), parcialmente compensada por um aumento nas exportações líquidas (1,1% em 2013 e 3,7% em 2012). No último trimestre de 2013 deverá já ter-se verificado uma variação homóloga positiva em cerca de 1,6% com contributo positivo da procura interna, situação que já não se verificava desde o 4º trimestre de 2010. Em termos acumulados, a redução da procura interna no período 2009-2013 ter-se-á situado em cerca de 17 por cento. A inflação situou-se nos 0,5% em 2013 (2,8% em 2012), e a taxa de desemprego permaneceu elevada, fechando o ano nos 15,3% (16,5% em 2012).

As projeções para 2014 apontam para a recuperação do crescimento económico - embora ténue na ordem dos 0,8% do PIB - prosseguindo a tendência dos últimos trimestres de 2013 (variação em cadeia de +0,3% no 3º trimestre e de +0,5% no 4º trimestre).

No âmbito do Processo de Assistência Financeira à Economia Portuguesa em curso, o 10º exame regular realizado no final de 2013, deu nota positiva ao cumprimento das medidas de consolidação orçamental previstas no programa e assegurou a conformidade do Orçamento de Estado de 2014, aprovado no dia 26 de Novembro de 2013 com votos contra de todos os partidos da oposição, com as medidas de consolidação orçamental previstas no programa.

## 2 ATIVIDADE

A Infratróia durante o ano de 2013 continuou a consolidar a sua atividade de manutenção e gestão das infraestruturas da Área de Desenvolvimento de Turístico (ADT) de Tróia, nomeadamente nas áreas de captação, tratamento e distribuição de água, rede de saneamento, recolha de resíduos sólidos urbanos, gestão e fiscalização do estacionamento público e dos espaços e equipamentos públicos ou de uso público.

Os investimentos na atividade da empresa foram uma prioridade, no ano de 2013, dos quais se enumeram:

- ✓ Aquisição de Equipamento Rebocável de Limpeza e Desobstrução de Coletores de Águas Residuais;
- ✓ Empreitada de execução da Ciclovia na UNOP1;
- ✓ Instalação de Semaforização de Travessia de Peões com Controlo de Velocidade;
- ✓ Limpeza das praias da área de Desenvolvimento Turístico de Troia;
- ✓ Instalação de um Posto de Carregamento de Viaturas Elétricas.

Em novembro de 2013 ocorreu a publicação dos novos estatutos da empresa para fazer face à nova lei relativa às empresas municipais (Lei 50/2012).

Foi também em 2013 que a empresa apostou na comunicação e lançou em janeiro o seu site institucional.

O ano de 2013 foi um ano de crescimento da atividade da empresa, face a 2012, com as receitas totais a crescerem 1% e os gastos gerais a diminuírem 2%. No entanto, foi um ano em que as eficiências operacionais reduziram devido ao efeito conjugado do aumento, do volume de água captada em 10% (101.107 m<sup>3</sup>), e das perdas na rede em 14 pp (+ 180.487 m<sup>3</sup>); resultante da existência de uma rotura, na rede de abastecimento de água da Urbanização de Soltróia.

## 3 PERSPETIVAS FUTURAS

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013,

5/37





no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

Prevê-se para 2014 a atualização do tarifário de acordo com as diretrizes da entidade reguladora.

A Infratróia manterá ainda as medidas operacionais visando a redução das perdas na rede, definindo como objetivo para 2014 a redução em 10 pontos percentuais neste indicador.

No âmbito da manutenção da estratégia de participação no desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turística de Tróia, a Infratróia manterá uma intervenção ativa, em colaboração com os restantes *stakeholders* na Península e o Município de Grândola, na promoção de atividades e divulgação do destino Tróia.

#### 4 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários, que o resultado líquido do exercício, no valor de € 17.832 (dezassete mil oitocentos e trinta e dois euros), seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal	3.566 Euros
---------------	-------------

Reserva Estatutária	14.266 Euros
---------------------	--------------

Tais propostas integrarão a ordem de trabalhos da Assembleia Geral a realizar no próximo dia 06 de Maio de 2014, na sede social da empresa.

#### 5 EVENTOS SUBSEQUENTES


Não ocorreram eventos significativos, após 31 de dezembro de 2013 e até à presente data que necessitem por este facto de serem divulgados.

## 6 AGRADECIMENTOS

A Infratróia expressa o seu reconhecimento a todos os que com ela colaboraram no decurso deste exercício e o seu apreço por todos com quem trabalha.

Tróia, 21 de Março de 2014


O Conselho de Administração



---

Dr. José Aníbal Gomes Ferro de Carvalho

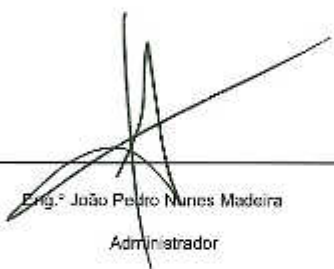
Presidente do CA



---

Eng.º Ricardo Miguel da Costa

Administrador



---

Eng.º João Pedro Nunes Madeira

Administrador

## 2. Balanço

Az  
p  
t  
me



# INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31-Dez-2013	31-Dez-2012
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	6 e 7	369.080	428.842
Activos por impostos diferidos	8	500	1.000
Total do activo não corrente		369.580	429.842
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	105.982	232.815
Adiantamentos a fornecedores	9 e 13	12.182	4.059
Estado e outros entes públicos	14	187.333	127.019
Outras contas a receber	9	218.732	119.944
Diferimentos	10	14.067	9.244
Caixa e depósitos bancários	4 e 9	276.671	311.643
Total do activo corrente		812.966	804.724
<b>Total do activo</b>		<b>1.182.546</b>	<b>1.234.567</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	11	250.000	250.000
Reservas legais	11	38.857	36.480
Outras reservas	11	342.776	321.388
Outras variações no capital próprio	8 e 11	27.263	-
Resultado líquido do período		658.895	607.889
Total do capital próprio		1.288.991	1.215.697
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	12	70.741	107.983
Passivos por impostos diferidos	8	9.043	-
Total do passivo não corrente		79.784	107.983
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	12	89.424	165.987
Adiantamentos de clientes	13	280	-
Estado e outros entes públicos	14	22.797	30.488
Financiamentos obtidos	12	36.864	34.905
Outras contas a pagar	12 e 13	267.689	260.755
Diferimentos	15	8.982	2.816
Total do passivo corrente		426.035	494.951
<b>Total do passivo</b>		<b>505.819</b>	<b>602.934</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1.182.546</b>	<b>1.234.567</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



### 3. Demonstração dos resultados por naturezas



Handwritten signature and stamp in the bottom right corner. The signature is in blue ink and appears to be "A. A.". Below it is a black ink stamp that reads "Cm" followed by three horizontal lines.

**INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-Dez-2013	31Dez-2012
Vendas e serviços prestados	17	790.154	850.119
Subsídios à exploração	16	1.621	-
Fornecimentos e serviços externos	18	(727.576)	(741.658)
Gastos com o pessoal	19	(303.035)	(269.950)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	(20.145)	(19.631)
Outros rendimentos e ganhos	21	418.676	350.138
Outros gastos e perdas	22	(9.021)	(2.644)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>150.628</b>	<b>173.425</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 20	(114.311)	(124.965)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>26.514</b>	<b>48.460</b>
Juros e gastos similares suportados	23	(8.144)	(7.390)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>30.370</b>	<b>41.070</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	(12.558)	(17.367)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>17.832</b>	<b>23.704</b>
<b>Resultado por ação básico</b>	25	<b>0,36</b>	<b>0,48</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

*Carla Fátima dos Santos Casquilha*

O Conselho de Administração

*[Assinaturas do Conselho de Administração]*

#### 4. Demonstração das alterações no capital próprio

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

## NO PERÍODO 2013

### Administrative Expenses and Grants

	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Cursos instrumentais de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2013	11	296.700	-	-	-	36.680	321.388	-	-	-	-	28.754	631.813
Alterações no período:													
Prêmio atribuído da nova referência cambial entre Alterações de política contábil													
Diferença de conversão da demonstração financeira Realizado da aquisição de novo ativo de longo prazo													
Variação das despesas com o pagamento de ações e juros													
Ajuste financeiro decorrente da perda													
Efeito da extinção - aumento de participações													
Custos das ações necessárias ao cancelamento													
Atribuição Resultado líquido em valor	1					2.376	21.587	(201.750)					
Provisões Suplementares	11							21.754			21.753	(23.764)	
Transferência para reserva de terceiros	11												
Súltos em		296.700	-	-	-	38.357	342.776	-	-	-	-	-	631.813
Resultado líquido do período													631.813
Resultado Integral													631.813
Operações com derivativos de capital no período													631.813
Influências de capital													631.813
Distribuições													631.813
Efeitos para abertura de período													631.813
Outros ajustes													631.813
Posição no fim do período 2013		296.700	-	-	-	38.357	342.776	-	-	-	-	-	631.813

© Tübingen Open Access Publishing

© Gemeindefürsorge des Schulministeriums

Carla Lessa dos Santos Carreira

20



# INFRASTRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2012

(Montantes expressos em €M€)

Notas	Capital realizado	Reservas próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
11	250.000	-	32.320	261.780	-	-	-	-	41.800	507.829
11	-	-	4.180	37.620	(41.800)	-	-	-	(41.800)	-
11	250.000	-	36.500	371.300	-	-	-	-	23.764	651.633
	250.000	-	36.500	371.300	-	-	-	-	23.764	651.633

11 Resultado Líquido do Período

11 Resultados de Administração

Carla Afonso dos Santos Casquinha

*[Handwritten signature]*

Posição no início do período 2012

Alterações no período:

- Primeira aplicação de novo elemento contabilizado
- Alíquotas de saldos contábeis
- Operações em concreto de administração financeira
- Realização do excedente de revalorização de activos financeiros e imobilizações
- Variações de revalorização de activos financeiros e imobilizações
- Ajustamentos por impasses de caixa
- Eliminação de provisões de provisões
- Outras alterações resultantes de actividades
- Aplicação Resultado Líquido ao período
- Ajustamentos em activos financeiros
- Provisões de provisões
- Transferência para resultados transferidos

Resultado líquido do período

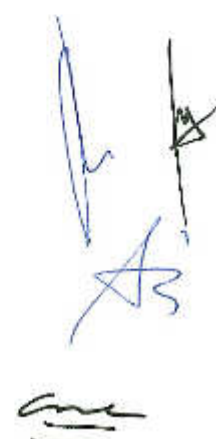
Resultado Integral

Operações com alterações de capital no período

- Realização de capital
- Realização de provisões de provisões
- Distribuição
- Eliminação de provisões de provisões
- Outras alterações

Posição no fim do período 2012

## 5. Demonstração de fluxos de caixa

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'A3' with a stylized flourish, and there are some additional marks below it.

# INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

	2013	2012
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	997.431	848.557
Pagamentos a fornecedores	(813.809)	(716.618)
Pagamentos ao pessoal	(197.821)	(174.713)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(14.200)</b>	<b>(42.773)</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(10.930)	2.382
Outros recebimentos / pagamentos	82.619	265.238
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>57.489</b>	<b>224.847</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	(87.698)	(97.904)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
	<b>(87.698)</b>	<b>(97.904)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	45.383	
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
	<b>45.383</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>(42.315)</b>	<b>(97.904)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	923	285
	<b>923</b>	<b>285</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(50.814)	(43.107)
Juros e gastos similares	(254)	
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
	<b>(51.068)</b>	<b>(43.107)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>(50.146)</b>	<b>(42.822)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>(34.971)</b>	<b>84.121</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>311.543</b>	<b>227.522</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>276.571</b>	<b>311.643</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

*Carla Filomena dos Santos Casquilho*

*António*

## 6. Anexo

43  
Ph  
f  
one

# **INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, E.M.**

## **Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012**

*(Montantes expressos em euros)*

### **1 NOTA INTRODUTÓRIA**

A INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, E.M. ("Empresa") é uma Empresa Municipal, foi constituída em 12 de Abril de 2001, tem a sua sede social em Tróia e tem como principal actividade a realização, manutenção e gestão das infraestruturas, espaços e equipamentos situados na área de desenvolvimento turístico de Tróia.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, sendo esta a divisa igualmente a moeda funcional da Empresa, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

### **3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### **3.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.



### 3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Equipamento básico	8 a 15
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	8
Outros activos fixos tangíveis	4 a 5

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

### 3.4. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar

*AS*  
*[Handwritten signature]*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.5. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:



**a) Clientes e outras dívidas de terceiros**

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

**b) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

**c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**d) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

**(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

#### Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;



- A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

### 3.8. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

### 3.9. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os activos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.10. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

#### Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.11. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

### 3.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 detalha-se conforme se segue:

	2013	2012
Numerário	392	170
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	276.279	311.473
	<u>276.671</u>	<u>311.643</u>

## 5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

## 6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013						
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>						
Saldo inicial	570.579	202.652	54.697	17.165	-	845.093
Aquisições	50.490	-	2.650	-	1.410	54.550
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	621.068	202.652	57.347	17.165	1.410	899.643
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	318.150	67.074	20.303	10.723	-	416.251
Amortizações do exercício	60.294	38.600	12.456	2.961	-	114.311
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	378.444	105.674	32.760	13.685	-	530.562
<b>Activos líquidos</b>	242.624	96.978	24.587	3.480	1.410	369.080
2012						
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>						
Saldo inicial	419.322	161.652	22.342	12.440	78.354	694.110
Aquisições	51.064	41.000	32.355	4.975	21.839	151.234
Transferências	100.193	-	-	-	(100.193)	-
Outras variações	-	-	-	(250)	-	(250)
Saldo final	570.579	202.652	54.697	17.165	-	845.093
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	249.598	25.093	13.796	2.796	-	291.286
Amortizações do exercício	68.552	41.981	6.505	7.927	-	124.965
Saldo final	318.150	67.074	20.303	10.723	-	416.251
<b>Activos líquidos</b>	252.428	135.578	34.394	6.442	-	428.842

Os activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

As amortizações do exercício, no montante de 114.311 Euros (124.965 Euros em 2012), foram registadas nas seguintes rubricas:

- Gastos de depreciação e amortização – 114.311 Euros (124.965 Euros em 2012) (Nota 20).

## 7 LOCAÇÕES

### Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro 2012 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2013			2012
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento de transporte	202.652	(38.600)	164.052	135.578
	202.652	(38.600)	164.052	135.578

## 8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), à taxa de 25%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, acresce da Derrama até à taxa de 1,5% sobre o resultado tributável e não isento de IRC, resultando numa taxa agregada máxima de 26,5%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013	2012
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	7.708	12.803
Derrama	432	768
Tributação Autónoma	3.899	3.235
	<u>12.038</u>	<u>16.806</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	500	500
	<u>500</u>	<u>500</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>12.538</u>	<u>17.307</u>

Foi utilizado pela Empresa o benefício fiscal de apoio ao investimento, designado por "Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI)", aprovado pela Lei nº 49/2013 de 16 de Julho.

O referido benefício incidiu sobre um total de investimentos de 23.435,10 Euros, traduzindo-se num crédito fiscal de 4.687,03 Euros, utilizado integralmente na dedução à colecta no exercício de 2013.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

Reconciliação do imposto corrente dos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Resultado antes impostos [A]	29.870	40.570
Diferenças permanentes:		
Variações Patrimoniais	(1.887)	(1.887)
Correcções relativas a períodos de tributação anteriores	5.667	748
Depreciações não aceites como gastos	4.064	-
Multas, coimas e juros compensatórios	338	414
Outros	704	6.357
Excesso estimativa para impostos	(1.287)	(127)
Benefícios Fiscais	(2.500)	-
[B]	5.099	5.505
Diferenças temporárias:		
Imposto diferido	500	500
Constituição/Reversão de perdas por imparidade	(4.637)	4.637
[C]	(4.137)	5.137
Dedução de prejuízos fiscais de anos anteriores [D]	-	-
[A]+[B]+[C]+[D]	30.832	51.213
Taxa nominal de imposto	25%	25%
[E]	7.708	12.803
Tributação Autónoma [F]	3.899	3.235
Ajustamentos à taxa de IRC	-	-
Derrama [G]	432	717
Imposto diferido gerado no exercício [H]	-	-
Gasto com Imposto sobre o Rendimento do Período [E]+[F]+[G]+[H]	12.038	16.755
Taxa efectiva de imposto	40%	41%

Em 31 de Dezembro de 2013 a Empresa não apresenta prejuízos fiscais reportáveis.

### Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2013	2012	2013	2012
Anulação de activos intangíveis	500	1.000	-	-
Subsídio ao investimento	-	-	9.043	-
	500	1.000	9.043	-

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 foi como se segue:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

	2013		2012	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	1.000	-	1.500	-
Efeito em resultados:				
Anulação de amortizações de activos intangíveis	(500)	-	(500)	-
Outros:				
Subsídio ao investimento - Reconhecimento	-	12.140	-	-
Subsídio ao investimento - Imputação	-	(3.097)	-	-
Saldo final	500	9.043	1.000	-

As movimentações da rubrica de passivos por impostos diferidos, relativas ao subsídio ao investimento recebido, têm como contrapartida a rubrica "Outras variações no capital próprio" (vide nota 11).

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

## 9 ACTIVOS FINANCEIROS

### Categorias de activos financeiros

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 são detalhadas conforme se segue:

ACTIVOS FINANCEIROS	2013			2012		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	392	-	392	170	-	170
Depósitos à ordem	276.279	-	276.279	311.473	-	311.473
	276.671	-	276.671	311.643	-	311.643
Outros Activos financeiros:						
Clientes	230.364	(124.382)	105.982	337.053	(104.238)	232.815
Adiantamentos a fornecedores	12.182	-	12.182	4.059	-	4.059
Outras contas a receber	216.732	-	216.732	119.944	-	119.944
	459.277	(124.382)	334.895	461.056	(104.238)	356.818
	735.949	(124.382)	611.566	772.699	(104.238)	668.461

### Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

	2013			2012		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Clientes	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
Correntes:						
Clientes	230.364	(124.382)	105.982	337.053	(104.238)	232.815
Adiantamento a fornecedores	12.182	-	12.182	4.059	-	4.059
Outras contas a receber:						
Outros devedores	4.732	-	4.732	682	-	682
Cauções	4.000	-	4.000	-	-	-
Devedores por acréscimo de rendimentos	208.000	-	208.000	119.263	-	119.263
	459.277	(124.382)	334.895	461.056	(104.238)	356.819
	459.277	(124.382)	334.895	461.056	(104.238)	356.819

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de - 20.145 Euros ( - 19.601 Euros em 2012).

## 10 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 as rubricas do activo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	1.755	1.716
Conservação e reparação	631	623
Trabalhos especializados	621	625
Seguros	7.553	6.053
Informática	3.451	228
Outros	55	-
	14.067	9.244

## 11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

### Capital social

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 acções, com o valor nominal de 5 Euros, cada.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 não ocorreram movimentos no número de acções em circulação e as mesmas são detidas pelas seguintes entidades:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

Entidade	2013	2012
Câmara Municipal de Grândola	74,10%	74,10%
Imoarela - Investimentos Turísticos, SGPS	25,90%	25,90%
	100%	100%

**Reserva legal**

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva legal ascendia a 38.567 Euros.

**Outras reservas**

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva estatutária	Reserva Ajust. Conversão	Total outras reservas
Saldo a 01-01-2012	290.704	(6.935)	283.768
Aplicação de resultados	37.620	-	37.620
Saldo a 31-12-2012	328.324	(6.935)	321.388
Aplicação de resultados	21.387	-	21.387
Saldo a 31-12-2013	349.711	(6.935)	342.776

O montante registado na rubrica "Reserva Ajust. Conversão" refere-se, na sua totalidade, aos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras do referencial contabilístico "POC" para "SNC".

Reserva Estatutária: É constituída para obedecer aos estatutos da empresa. A Infratróia constituiu uma reserva de investimento, cujo quantitativo anual será igual ao resultado líquido do período, deduzido da reserva legal. A reserva de investimento terá a utilização que lhe for fixada em Assembleia Geral.

**Outras variações no capital próprio**

Os valores inscritos na rubrica "Outras variações no capital próprio" são respeitantes ao subsídio ao investimento (Passadiço – UNOP 2), recebido ao abrigo do programa QREN, e impacto do respectivo imposto diferido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica apresentava a seguinte variação:

	Subsídio	Imposto diferido	Total
Quantia em 01-01-2013	-	-	-
Reconhecimento	45.383	(12.140)	33.243
Imputação	(9.077)	3.097	(5.980)
Quantia em 31-12-2013	36.306	(9.043)	27.263

## 12 PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	89.424	165.987
	89.424	165.987
Outras contas a pagar		
Outras operações com o pessoal	372	232
Fornecedores de Activos Fixos Tangíveis	11.811	18.562
Credores por acréscimo de gastos:		
- Remunerações a liquidar	31.249	37.551
- Outros serviços	163.677	96.547
Outras dívidas a terceiros	60.581	107.863
	267.689	260.755
	357.113	426.742

### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2013 Montante utilizado		2012 Montante utilizado		Vencimento	Tipo de amortização
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		
<b>Instituições financeiras:</b>							
Outros empréstimos obtidos:							
Contrato leasing (nº 400102572)	Millennium	29.344	50.140	27.933	79.713	Mai-16	Mensal
	BCP						
Contrato leasing (nº 199282)	Santander	7.520	20.601	6.972	26.270	Mar-17	Mensal
	Totta	36.864	70.741	34.905	107.983		
Total Instituições financeiras		36.864	70.741	34.905	107.983		



**13 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR**

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 as rubricas "Adiantamentos de clientes", "Adiantamentos a fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Adiantamentos de clientes		
Corrente	280	-
Não Corrente	-	-
	<u>280</u>	<u>-</u>
Adiantamentos a fornecedores		
Corrente	12.182	4.059
Não Corrente	-	-
	<u>12.182</u>	<u>4.059</u>
Outras contas a pagar		
Outras operações com o pessoal	372	232
Fornecedores de Activos Fixos Tangíveis	11.811	18.562
Credores por acréscimo de gastos:		
- Remunerações a liquidar	31.249	37.551
- Outros serviços	163.677	96.547
Outras dívidas a terceiros	60.581	107.863
	<u>267.689</u>	<u>260.755</u>

**14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	8.784	-	10.776	-
Estimativa de imposto	-	12.038	-	16.806
Retenção na Fonte	3.840	-	2.591	-
Retenção de impostos sobre rendimentos				
Retenções efectuadas a terceiros	-	2.310	-	1.553
Imposto sobre o valor acrescentado	174.710	2.654	113.651	-
Contribuições para a Segurança Social	-	5.794	-	12.129
	<u>187.333</u>	<u>22.797</u>	<u>127.019</u>	<u>30.488</u>

Não existem dívidas incluídas na rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora.



**15 DIFERIMENTOS PASSIVOS**

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Rendimentos a reconhecer		
Rendas Edifícios	2.796	2.816
Subsídios - IEFP	6.185	-
	<u>8.982</u>	<u>2.816</u>

**16 SUBSÍDIOS DO GOVERNO**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídio à exploração:					
Subsidio IEFP - Estágio	7.806	3.123	4.684	1.621	1.621
	<u>7.806</u>	<u>3.123</u>	<u>4.684</u>	<u>1.621</u>	<u>1.621</u>
Subsídio ao investimento:					
QREN - Passadiço UNOP 2	56.729	45.383	11.346	9.077	9.077
	<u>56.729</u>	<u>45.383</u>	<u>11.346</u>	<u>9.077</u>	<u>9.077</u>

Relativamente ao subsídio do IEFP, diz respeito a um financiamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional de um estágio profissional, que teve início em Setembro de 2013, no valor de 7.806 Euros, com o período de um ano, sendo o subsídio reconhecido mensalmente.

No que concerne ao subsídio ao investimento, este foi atribuído no âmbito das Acções de Valorização do Litoral, para promoção da implementação de passadiços de praia (UNOP 2 – Tróia).

**17 RÉDITO**

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013	2012
Venda de bens	-	-
Prestação de serviços	790.154	850.119
	<u>790.154</u>	<u>850.119</u>

## 18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Trabalhos especializados	149.225	163.626
Publicidade e propaganda	4.870	87.411
Vigilância e segurança	1.020	182
Honorários	9.700	10.718
Conservação e reparação	239.933	123.643
Serviços bancários	9.215	7.672
Patrocínios	70.183	54.469
Materiais	15.481	11.263
Electricidade	99.227	142.480
Combustíveis	34.288	34.153
Outros fluidos	74	540
Deslocações, estadas e transportes	6.470	1.567
Rendas e alugueres	35.196	40.071
Comunicação	19.587	19.285
Seguros	16.483	13.298
Contencioso e notariado	3.575	3.269
Despesas de representação	6.403	2.566
Limpeza higiene e conforto	5.012	17.126
Outros	1.633	8.320
	<u>727.576</u>	<u>741.658</u>

## 19 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	242.647	210.012
Indemnizações	-	2.215
Encargos sobre remunerações	51.654	44.579
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.863	963
Gastos de acção social	3.544	3.001
Outros	3.377	2.189
	<u>303.085</u>	<u>262.960</u>

A variação na rubrica "Gastos com o pessoal", resulta do não pagamento dos subsídios de férias e de Natal no ano de 2012 (de acordo com as imposições legais relativas aos vencimentos dos funcionários públicos) e que foram respostos no ano de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o número médio de colaboradores foi de 18.

**20 AMORTIZAÇÕES**

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	114.311	124.965
	<u>114.311</u>	<u>124.965</u>

**21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2013 e de 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	398.262	168.643
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	3.246
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	6.730	176.442
Excesso da estimativa para impostos	1.287	127
Imputação de subsídios para investimentos	9.077	-
Juros obtidos - Depósitos bancários	923	330
Juros de Mora	1.308	1.381
Outros rendimentos e ganhos	1.291	-
	<u>418.876</u>	<u>350.168</u>

O incremento da rubrica "Outros rendimentos suplementares" é devido ao aumento da receita recebida do Casino de Tróia e pelos trabalhos efectuados relativos a manutenção de infraestruturas UNOP 2 e UNOP 3.

**22 OUTROS GASTOS E PERDAS**

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Impostos		
Impostos indirectos	108	244
Taxas	564	229
Outros:		
Donativos	2.500	-
Multas	83	414
Outros gastos e perdas	5.765	1.756
	<u>9.020</u>	<u>2.644</u>



**23 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES**

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 são detalhados conforme se segue:

	2013		2012	
Juros suportados				
Juros de Mora	259		-	
Locações financeiras	5.885	6.144	7.388	7.388
		6.144		7.388

**24 PARTES RELACIONADAS**

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	Gastos		Rendimentos	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Partes relacionadas - Grupo Sonae	107.408	59.328	260.778	234.946
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	107.408	59.328	260.778	234.946

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Partes relacionadas - Grupo Sonae	93.346	201.667	4.041	39.867
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	93.346	201.667	4.041	39.867

**25 RESULTADOS POR ACÇÃO**

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2013	2012
Resultado líquido do período	17.832	23.764
Número médio ponderado de acções em circulação	50.000	50.000
Resultado por acção básico	0,36	0,48



## 26 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO


Não ocorreram eventos significativos, após 31 de Dezembro de 2013 e até à presente data que necessitem por este facto de serem divulgados.


Tróia, 21 de Março de 2014


O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

  
(Carla Ribeiro dos Santos Casquinha)

  
(José Aníbal Gomes Ferro de Carvalho)

  
(Ricardo Miguel da Costa)

  
(João Pedro Pereira Nunes Madeira)

## ***Relatório e Parecer do Fiscal Único***

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
*o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal*  
*Tel +351 225 133 000 Fax +351 225 433 499, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)*  
*Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*  
*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077*

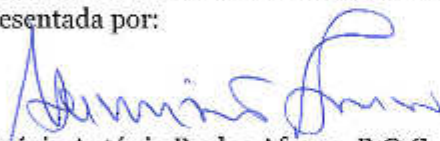
5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

29 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Introdução***

1 Examinámos as demonstrações financeiras da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.182.546 euros e um total de capital próprio de 676.727 euros, incluindo um resultado líquido de 17.832 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal  
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M. em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

29 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.